

Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaios

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Anexo	4
1. Identificação da Entidade	4
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1. Bases de Apresentação	5
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5. Ativos Fixos Tangíveis	10
6. Ativos Intangíveis	11
7. Custos de Empréstimos Obtidos	11
8. Inventários	12
9. Rédito	12
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	12
11. Subsídios, Doações e Legados à Exploração	13
12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
13. Benefícios dos empregados	14
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
15. Outras Informações	14
15.1. Investimentos Financeiros	14
15.2. Outras contas a receber	15
15.3. Diferimentos	15
15.4. Outros Ativos Financeiros	15
(Não aplicável a esta entidade)	15
15.5. Caixa e Depósitos Bancários	15
15.6. Fundos Patrimoniais	16
15.7. Estado e Outros Entes Públicos	16
15.8. Outras Contas a Pagar	16
15.9. Outros Passivos Financeiros	17
Não aplicável a esta entidade)	17
15.10. Subsídios, doações e legados à exploração	17
15.11. Fornecimentos e serviços externos	17
15.12. Outros rendimentos e ganhos	17
15.13. Outros gastos e perdas	18

15.14.Resultados Financeiros	18
15.15.Acontecimentos após data de Balanço	18

Anexo

1. Identificação da Entidade

O “Grupo Social, Recreativo, Cultural e Desportivo de Favaio” é uma instituição particular sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com sede na rua Direita na vila de Favaio, Concelho de Alijó. A sua actividade consiste na prestação de serviços de apoio social a idosos com e sem alojamento e prestação de serviços de apoio social a crianças, com as seguintes valências:

Equipamento Infância e Juventude:
- Creches (Média 33 Utentes)
-Jardim-de-Infância (Média 50 Utentes)

Equipamento Terceira Idade:
- Centro de Dia (Média 20 Utentes)
-Apoio Domiciliário (Média 32 Utentes)

Desenvolve também atividades de fornecimento de refeições, no âmbito da cantina social, diretamente e através de outras instituições e presta outras atividades de tempos livres.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

De Acordo com o novo referencial contabilístico a contabilidade foi executada no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 11 e 18) e "*Diferimentos*" (Nota 12)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e o mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.3. Propriedades de Investimento

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.4. Ativos Intangíveis

(Não aplicável a esta entidade)

3.2.5. Investimentos financeiros

Esta entidade detinha 587,33€ no Fundo de Compensação do Trabalho, obrigatório por lei.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que a Entidade detém destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Os Inventários que esta entidade detinha estavam valorizados em 1.688,76€ em 31/12/2025.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados não resultaram em saldo em 31/12/2025.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” apresentavam um saldo de 30.210,73€ em 31/12/2025 e as “*Outras contas a receber*” registavam um saldo 135.021,92€ referente a adiantamentos a outros devedores (aqui estão incluídos os valores das candidaturas a receber).

Outros ativos e passivos financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Esta entidade detinha 10.272,56€, nesta rubrica.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Os fornecedores registavam um saldo credor de 5.398,45€.

A rubrica “*outras contas a pagar/outras passivos correntes*” apresentava um saldo global de **54.573,87€**, 5.894,45€ são referentes a outros credores, 673,01€ são dívidas a fornecedores de imobilizado, e 48.006,41€ são referentes a credores por acréscimos de gastos (periodização económica).

Suzana Pires
A
BM

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Os desta entidade são constituídos pelo quadro que se segue:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51-Fundos	49.082,01 €	0,00 €	-	49.082,01 €
56-Resultados Transitados	188.697,67€	0,00€	2.980,91€	185.716,76€
59- Outras Variações Patrimoniais	195.110,36€	185.600,00€	8.265,84€	372.444,52€
88- Resultado Líquido	-2.980,91€	1.239,15€	0,00€	-1.741,76€

3.2.9. Provisões

(Não aplicável a esta instituição)

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art. 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências/ Alienação	Saldo em 31-Dez-2025
Custo					
Terrenos e recursos naturais	20.053,91	-	-	-	20.053,91
Edifícios e outras construções	894.823,69	389,80	-	-	895.213,49
Equipamento básico	51.311,67	-	-	-	51.311,67
Equipamento de transporte	101.709,06	-	-	-	101.709,06
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	24.271,15	290,08	-	-	24.561,23
Outros Ativos fixos tangíveis	77.402,85	-	-	-	77.402,85
Total	1.169.572,33	679,88	-	-	1.170.252,21
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	464.172,07	20.243,89	-	-	484.415,96
Equipamento básico	49.682,58	588,71	-	-	50.271,29
Equipamento de transporte	71.957,47	15.091,82	-	-	87.049,29
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	18.714,85	2.293,23	-	-	21.008,08
Outros Ativos fixos tangíveis	64.027,95	4.244,74	-	-	68.272,69
Total	668.554,92	42.462,39	-	-	711.017,31

Esta entidade tem obras em curso no valor de 162.000,32€ referentes ao dois projetos âmbito de candidaturas.

Susana Pires

ao
Em

Propriedades de Investimento

(Não aplicável a esta instituição)

6. Ativos Intangíveis

(Não aplicável a esta instituição)

Outros Ativos Intangíveis

(Não aplicável a esta instituição)

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Esta entidade detinha a 31/12/2024 e 31/12/2025 os seguintes empréstimos bancários:

Descrição	2024			2025		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	9.084,79	9.084,79	-	114.574,25	114.574,25
Locações Financeiras	-	34.120,35	34.120,35	-	26.104,01	26.104,01
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	43.205,14	43.205,14	-	140.678,26	140.678,26

Susana Pires
GS plm

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Movimentos	Matérias-primas (Géneros Alimentares) 2024	Matérias-primas (Géneros Alimentares) 2025
Existências Iniciais	1.549,65€	1.635,68€
Compras	72.778,14€	75.286,76€
Regularização Existências	(28.798,00€)	(31.974,28€)
Existências Finais	1.635,68€	1.688,76€
CMVMC	43.894,11€	43.259,40€

9. Rédito

Podemos observar no mapa comparativo dos dois últimos anos os valores que foram reconhecidos como Réditos:

Descrição	2024	2025
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	694.245,54	772.400,80
Quotas dos utilizadores-Utentes e Quotas dos utilizadores-IGFSS	693.330,54	771.270,80
Quotas e Jóias	915,00	1.130,00
Juros	-	-
Total	694.245,54	772.400,80

Nas quotas dos utilizadores, conta 72 é o segundo ano que vamos reconhecer nesta rubrica, os valores pagos pelo Instituto da Segurança social, pois segundo a adaptação da FAQ39 da comissão de normalização contabilística as verbas provenientes dos acordos que sejam determinadas em função da variação dos utentes e não valor fixo atribuído, estas devem ser contabilizadas na conta 72 e não na conta 75 como vínhamos registando até ao ano 2023.

Este ano a comparação entre contas já se torna mais fácil face ao ano 2024, pois é o segundo ano da adoção desta norma.

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(Não aplicável a esta entidade)

Suzana Pires
Ad
Cm**Passivos contingentes****(Não aplicável a esta entidade)****Ativos contingentes****(Não aplicável a esta instituição)****11. Subsídios, Doações e Legados à Exploração**

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024	2025
Subsídios do Governo	51.818,53	30.177,66
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Apoio Domiciliário)	-	-
Instituto da Segurança Social (Terceira Idade-Centro de Dia)	-	-
Instituto da Segurança Social (Comunidade e Família-Programa de Emergência Alimentar)	-	-
Instituto da Segurança Social (Inf. Juventude-Creche)	-	-
Instituto da Segurança Social (Inf. Juventude-Jardim de Infância)	-	-
Instituto da Segurança Social (Covid 2020)	-	-
IAPMEI	-	-
Subsídios IEFP	25.059,48	20.957,66
Município de Alijó	26.163,19	9.220,00
Doações e Heranças	21.031,86	16.192,68
Donativos	21.031,86	16.192,68
Total	72.254,53	46.370,34

12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio**(Não aplicável a esta instituição)**

13. Benefícios dos empregados

O número médio de funcionários ao serviço desta Entidade durante o ano 2025 foi "32".

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários nos últimos dois anos, foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	478.012,79	541.104,65
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	93.460,34	104.722,09
Seguros de Acidentes no Trabalho	4.447,75	5.734,38
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	30,00	35,00
Total	575.950,88	651.596,10

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Esta entidade detinha a 31/12/2025 em investimentos financeiros o valor de 587,33€, referente ao Fundo de Compensação do Trabalho, obrigatório desde o ano de 2013.

Susana Pires
Oliver

15.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2025
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	4.982,21	135.021,92
Perdas por Imparidade	-	-
Total	4.982,21	135.021,92

Neste montante de 135.021,92€ estão incluídos os valores a receber da candidatura PRR-000069 (87.920,00€) e da candidatura PRR-000284 (42.000,00€).

15.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Gastos a reconhecer		
Seguro acidentes de trabalho	0,00	157,98
Seguro automóvel	3.077,36	3.183,86
Seguro Estabelecimento	145,20	225,82
Seguro de Acidentes Pessoais	116,58	44,83
Seguro Ramo Escolar	783,27	994,15
Total	4.122,41	4.606,64
Rendimentos a reconhecerem		
Quotas	-	-
Adiantamento de Participações	-	-
...	-	-
Total	-	-

15.4. Outros Ativos Financeiros

(Não aplicável a esta entidade)

15.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2025 encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Caixa	266,63	2.205,88
Depósitos à ordem	8.308,95	8.066,68
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	8.575,58	10.272,56

66
Supremo
RM

15.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51-Fundos	49.082,01 €	0,00 €	-	49.082,01 €
56-Resultados Transitados	188.697,67€	0,00€	2.980,91€	185.716,76€
59- Outras Variações Patrimoniais	195.110,36€	185.600,00€	8.265,84€	372.444,52€
88- Resultado Líquido	-2.980,91€	1.239,15€	0,00€	-1.741,76€

15.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Reembolsos de Iva	5.933,33	19.437,88
Outros Impostos e Taxas		
Total	5.933,33	19.437,88
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
IRS	2.285,60	3.460,71
Segurança Social	11.536,34	13.448,22
Fundo Compensação	-	
Total	13.821,94	16.908,93

15.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2025	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remuneração a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	673,01
Credores por acréscimos de gastos	-	43.108,30	-	48.006,41
Outros credores	-	13.741,42	-	5.894,45
Total	-	56.849,72	-	54.573,87

15.9. Outros Passivos Financeiros

Não aplicável a esta entidade)

15.10. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Subcontratos	19.869,95	19.226,25
Serviços especializados	37.613,95	26.641,22
Materiais	6.768,65	5.210,02
Energia e fluidos	35.030,82	31.975,93
Deslocações, estadas e transportes	5.353,25	11.840,68
Serviços diversos	23.833,60	26.117,55
Total	128.470,22	121.011,15

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	39.157,94	49.084,35
Total	39.157,94	49.084,35

15.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Impostos	2.578,36	3.182,49
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	5.539,86	4.094,87
Total	8.118,22	7.277,36

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2025
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	9.128,84	3.990,35
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	9.128,84	3.990,35
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	566,67	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	566,67	-
Resultados financeiros	(8.562,17)	(3.990,35)

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras apresentadas com referência a 31 de dezembro de 2025.